



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo n° : 10380.001717/2003-56

Recurso n° : 149.178

Matéria : IRPJ – Ex(s) 2000

Recorrente : FLORESTAL MARACAÇUMÉ LTDA.

Recorrida : 3ª TURMA/DRJ em FORTALEZA/CE

Sessão de : 08 DE NOVEMBRO DE 2006

Acórdão n° : 105-16.131

PERC. REGULARIDADE FISCAL INCOMPROVADA. Não faz jus ao benefício fiscal o contribuinte que, à época da opção, não estava regular perante o Fisco Federal.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FLORESTAL MARACAÇUMÉ LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

JOSE CLOVIS ALVES
PRESIDENTE

EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT
RELATOR

FORMALIZADO EM: 11 DEZ 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIS ALBERTO BACELAR VIDAL, DANIEL SAHAGOFF, CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA (Suplente Convocada), WILSON FERNANDES GUIMARÃES, IRINEU BIANCHI e JOSÉ CARLOS PASSUELLO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº : 10380.001717/2003-56

Acórdão nº : 105-16.131

Recurso nº : 149.178

Recorrente : FLORESTAL MARACAÇUMÉ LTDA.

RELATÓRIO

Trata o processo de "Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais – PERC", indeferido, conforme de acórdão de folhas 91 a 96, ao argumento de que a contribuinte não comprovara sua regularidade fiscal.

Recurso voluntário às 99 a 103, alegando, em síntese, o seguinte: (i) que o simples fato de possuir pendências nos sistemas da SRF não seria razão suficiente para se entender irregular um determinado contribuinte, haja vista a possibilidade de pagamentos regulamente efetuados não serem alocados aos débitos correspondentes; (ii) que, por ocasião da opção, estava em processo de regularização de suas pendências com a SRF e a PGFN; (iii) que eventuais débitos com o IBAMA não constituiriam óbice à concessão do benefício fiscal.

É o relatório.

P
25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo n° : 10380.001717/2003-56

Acórdão n° : 105-16.131

VOTO

Conselheiro EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT, Relator

O recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

O recurso não merece provimento, na medida em que não comprovado pela contribuinte que, no momento da opção, estava com sua situação regular perante a SRF e a PGFN, o que poderia ter sido feito com a juntada da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de estilo.

Os inúmeros DARF juntados ao processo pela contribuinte não a socorrem, porquanto em nenhum momento foram os mesmos vinculados aos débitos que, segundo as autoridades fiscais que oficiaram no feito, seriam impedimento à concessão do benefício fiscal.

Ademais, retira eficácia probante dos referidos DARF o fato de parte das pendências impeditivas do reconhecimento do benefício fiscal objeto do litígio referirem-se a créditos tributários inscritos em dívida ativa da União, sob o controle da PGFN, pois, como se sabe, a inscrição confere ao débito presunção de legitimidade, sendo certo que a contribuinte não se manifestou especificamente sobre tais inscrições.

Forte no exposto, nego provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões – DF em 08 de novembro de 2006


EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT